

## Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Teresina/PI

Data: 02/06/2025

Local da realização da atividade: Auditório Sulica/SECULT-PI

Relator (es): Laís Helena de Queiroz,

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

[snpc@iphan.gov.br](mailto:snpc@iphan.gov.br)

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Necessidade de focar na eficácia da lei. Temos a Lei Federal e a Estadual, mas tem poucos municípios possuem legislação de Patrimônio Cultural	Valorizar as câmaras de vereadores que trabalharão as legislações relacionadas ao Patrimônio. Articulação junto ao poder legislativo para pressionar o executivo por ações de preservação.
Muitas Secretarias de Cultura são responsáveis por outras pastas, o que acaba invisibilizando a agenda de Patrimônio, sendo o poder legislativo um caminho para visibilizar a pauta por meio da instituição de Leis.	
Sítios arqueológicos cadastrados e falta de legislação/ conhecimento sobre o assunto para a gestão desses sítios que estão em propriedade privada.	
Mal condicionamento dos bens arqueológicos. Falta de orientações e informações para viabilizar os sítios arqueológicos com educação patrimonial	
	Parceria com as Universidades Federais que possuam núcleos de pesquisa em arqueologia para realização de trabalhos de preservação e acautelamento desses sítios.
	Articulação ativa entre patrimônio cultural e turismo para geração de renda e valorização territorial.
	Falta de conhecimento sobre o Iphan, necessidade de interiorizar e dialogar abertamente com as bases.

	Estimular a construção de informações e dados a partir da disponibilização de pessoas que façam mapeamento com os fazedores de cultura.
	Que a instância bipartite atente-se as diversas realidades do território como a atenção sobre a infraestrutura de pontos de cultura relacionados ao patrimônio.
	Caminhos do Patrimônio como meio de levar capacitação e formação na política de patrimônio cultural nos municípios.
	Carteira de Agente Cultural, a fim de mapear o que está sendo realizado pelos fazedores de cultura e aperfeiçoar os processos de política pública.
	Visibilizar o patrimônio indígena por meio da consulta contínua aos povos indígenas. Implementação da OIT169. Apoio para construção de um programa que valorize o patrimônio indígena pelo IPHAN.
	Recursos discricionário para as secretarias de cultura estaduais e municipais. Maior autonomia para as pastas de cultura. Necessidade de maior transversalidade da pauta de patrimônio Cultural.
	Efetivar a aplicabilidade das leis de patrimônio por meio do controle social.
	Criação de Selo Cultural para os municípios para premiação aos municípios com boas práticas de gestão ou que carecem de estruturação de seus órgãos de Cultura.
	Valorização das histórias não hegemônicas dos territórios nas construções de narrativas de significância dos bens materiais.
Falta de servidores e recursos humanos nas pastas de Cultura para realizar as	

políticas públicas. Necessidade da instituição de Plano de Carreira para manutenção e qualificação das políticas culturais.	
	Os IFs podem ser pontes formativas junto aos entes federativos e agentes culturais para difusão das políticas culturais de patrimônio.
	Necessidade reconhecimento dos trabalhos das mulheres nas casas de terreiro, assim como atenção aos ogãs que não são visibilizados. Reconhecimento para as comunidades e povos de terreiro. “Cultura Negra Estaiada na Ponte” apoio institucional e fortalecimento das manifestações da cultura negra nos territórios. Realizar mapeamento das produções culturais negras nos territórios.
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Desconstruir o pensamento colonialista do Patrimônio Cultural. Não se pode limitar o patrimônio aos centros históricos.	Tombamento como Patrimônio Municipal Quilombos urbanos. Patrimônio relacionado às Igrejas São Rosário dos Pretos. Cidades que pensam o patrimônio cultural de forma inclusiva e representativa.
Comunidades tradicionais negras que não se identificam como povo negro. Falta de políticas de fortalecimento da identidade a partir do conhecimento da construção histórica do território.	Políticas que reforcem as identidades dos povos originários e povos e comunidades tradicionais. Educação Patrimonial voltada para a valorização das identidades dos remanescentes de quilombos. Articulação interfederativa de políticas que discutam a questão racial e étnica nos territórios.
Falta de estímulo para a ocupação dos equipamentos culturais locais. Dificuldade de se entender a construção identitária local.	Ampliar redes e fóruns específicos e descentralizados junto aos fazedores de cultura para discussão de construção participativa e implementação de políticas públicas de patrimônio cultural.
	Parceria entre Universidades, Conselhos de profissionais, como CAU-Educa, e

	Iphan para realização de programas de educação patrimonial, de modo que os estudantes sejam multiplicadores da política de preservação e salvaguarda.
	Criação de canais de boas práticas entre o que estão realizando atividades na base, nas comunidades, e quem está em outras instâncias de poder.
	Instituição de um currículo de Educação Patrimonial em parceria com as Secretarias de Educação Municipais para ser incorporado na educação formal.
	Ampliar por meio do turismo as narrativas historicamente invisibilizadas relacionadas aos bens culturais locais. Diversificar os circuitos de visitação, valorizando os fazedores culturais que estão nas comunidades e seus territórios.
Falta de visibilidade da história dos municípios, das construções identitárias.	Valorização das histórias locais, por meio das tecnologias e redes sociais, para criação de novos paradigmas e narrativas sobre os territórios. Fortalecimento da transmissão geracional.
	Segurança Pública nos espaços e centros históricos.
	Integração da Educação Patrimonial no cotidiano escolar.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
	Visualizar os bens culturais restaurados como ponto de sustentabilidade econômica. Pensar nos serviços que são oferecidos cotidianamente à população nos ambientes culturais recuperados.
	Pensar Planos de Uso/ Negócios dos prédios históricos a partir da inserção de serviços e atividades de amplo interesse popular, como jogos virtuais, aulas de dança e demais atividades.

	Valorização da perspectiva de uso sustentável dos territórios que estão sob unidades de conservação com a visibilidade da atuação dos povos e comunidades tradicionais, da exploração econômica como de usinas eólicas, mineração, extrativismo, valorização dos sítios arqueológicos, em resumo, todas as atividades que existem nessas unidades de conservação.
	Realização de eventos que divulguem as artes populares e reconhecidas como patrimônio.
	Educação ambiental e patrimonial sobre a sustentabilidade dos bens culturais que utilizam recursos naturais para existir.
Dificuldade no escoamento das artes patrimonializadas. Não existe um passo a passo sobre como o artesão pode comercializar suas artes.	Escola de produção para os artesãos, como uma parceria com o Sistema S, para inserir os artesãos nas cadeias de comercialização e empreendedorismo. Reconhecimento e qualificação das formações associativistas como meio de organização de fazedores de cultura para escoar a produção.
	Mapeamento da exploração de mineração e petróleo nos municípios para que esses empreendimentos paguem royalties para o setor cultural por meio de fundos municipais.
Sítios arqueológicos subutilizados do ponto de vista econômico.	Fortalecer os investimentos em patrimônio cultural a partir da valorização turística. Criar um circuito que faça recursos financeiros girem nos interiores, nas cidades mais pobres a partir do patrimônio local.
	Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária para valorização do patrimônio cultural e fomentar a geração de renda das comunidades tradicionais.
	Articulação interinstitucional para viabilizar redes e circuitos turísticos que envolva municípios, executivo estadual, ICMBio,

	Iphan, Universidades Federais, para produção de estudos, captação de recursos e estruturação da produção econômica sustentável do território.
	Articulação com o Sistema S para auxiliar no processo de preservação e salvaguarda dos ofícios e modos de fazer. Valorização do processo de fazer por meio da visibilização do processo realizado pelas comunidades tradicionais
	Mulheres do Piauí resguardam práticas tradicionais, desse modo elas devem ser grupo prioritário dos repasses de recursos relacionados à salvaguarda. Tanto para as mulheres, para sua sustentação econômica, como para os espaços culturais nos territórios que elas ocupam.
	Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura Nacional, estadual e municipal por meio de mecanismos para garantir o repasse de recurso para as fazedoras de cultura nos territórios.
	Articulação entre os detentores do patrimônio se articulem para incidirem no planejamento dos ciclos e mecanismos de salvaguarda institucionalizados.
Incentivos para além da política de Editais.	Convocar áreas de incubadoras sociais, de investimentos, de captação de recurso externos para financiamento da política de preservação nos territórios.
	Criar política de valorização do patrimônio edificado por meio de incentivos fiscais, facilitação no repasse de recursos para manutenção dos bens e política de financiamento específica, para além da isenção de IPTU.
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Incêndios, desmatamento, exploração da energia fotovoltaica e eólica, exploração	Exposição sobre a Política de Gestão das Unidades de Conservação Federal:

<p>turística desordenada próximos aos sítios arqueológicos são as principais ameaças.</p>	<p>(1.Decreto de Criação da área, do 2. Conselho Consultivo, que possui representatividade de diversos setores que ocupam a Unidade de Conservação, e 3.Plano de Manejo). O Plano de Manejo Integrado do Fogo é elaborado em articulação com os municípios e com o Mapeamento da Política de Meio Ambiente dos municípios que fazem parte das Unidades de Conservação.</p>
	<p>Planos de Manejo que insiram ações voltadas para a preservação dos sítios arqueológicos.</p>
	<p>Conselho Consultivo das Unidades de Conservação possuem iniciativas como constituição de Rede Agroecológica, realização de inventário de referências culturais e demais ações que podem auxiliar as ações de adaptação do Patrimônio Cultural).</p>
	<p>Estudos para viabilizar o financiamento e beneficiamento do Cajueiro para diversas finalidades culturais, desde a produção da Cajuína à madeira para a produção de bens culturais.</p>
	<p>Plano de Manejo de árvores bases tradicionalmente usadas para a confecção de bens culturais como teatro de Bonecos, Arte Santeira etc.</p>